

Brasil fecha acordo com

ARQUIVO

bancos credores

Washington — Os esforços do Brasil para pôr em ordem sua difícil economia receberam ontem o apoio do diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, coincidindo com o anúncio de que o País e os bancos credores haviam chegado a um acordo sobre as condições da renegociação de sua dívida.

Camdessus declarou que tivera uma reunião muito positiva com o ministro da Economia brasileiro, Márcilio Marques Moreira, e confirmou que o Brasil e os bancos credores internacionais haviam concluído a elaboração de uma carta de intenções sobre a dívida do setor público a médio e longo prazos.

A carta de intenções complementa o acordo alcançado em princípio pelo Brasil e os bancos credores em Nova Iorque em 9 de julho. São mais de 900 os bancos envolvidos. Quase simultaneamente com as declarações de Camdessus à imprensa, um anúncio oficial fez saber que o acordo cobre 44 bilhões de dólares da dívida e do serviço da dívida a médio e longo prazos.

O anúncio foi feito conjuntamente pelo ministro Marques Moreira e o vice-presidente do Citibank, William Rhodes, representando a comissão de bancos.

A carta de intenções será traduzida para o português a fim de ser encaminhada ao Senado brasileiro. A aprovação do Senado é necessária antes que o pacote de

reestruturação da dívida seja novamente apresentado à comunidade bancária.

A dívida brasileira de médio e longo prazo será transformada em sete instrumentos financeiros que incluirão redução da dívida, alívio do fluxo de caixa e novos empréstimos, indicou o ministro. Além da dívida bancária, o Brasil tem obrigações por outros 70 bilhões de dólares com governos e institutos multilaterais, o que o transforma no país mais endividado do Terceiro Mundo.

O Brasil subscreveu um acordo *stand-by* de 18 meses com o Fundo Monetário Internacional em janeiro passado, mediante o qual o FMI lhe outorgou um crédito de 2,1 bilhões de dólares. As metas do programa brasileiro quanto à inflação e gasto fiscal se desviaram em meados de agosto, mas o ministro assegurou que mesmo que "alguns números não estejam bem", os fundamentos básicos "estão nos trilhos".

Incentivo — O diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, em visita à sala de imprensa da assembleia, disse que tinha incentivado os bancos a selar o acordo com o Brasil porque mantêm a confiança no bom desempenho desse país. "Entendemos as dificuldades que o Brasil enfrenta, e acreditamos que esse país está passando por uma prova de fogo em sua democracia", disse Camdessus, referindo-se ao processo de impeachment que o presiden-

te Fernando Collor de Mello pode sofrer. "Isso nos incentiva a continuar apoiando o Brasil, e por isso demos luz verde aos bancos internacionais" para selar o acordo, afirmou Camdessus.

Márcilio indicou que o refinanciamento compreende seis bilhões de dólares com bancos brasileiros e 44 bilhões de dólares com bancos estrangeiros, e todos os juros atrasados desde 1º de janeiro de 1991 até a data em que sejam emitidos novos bônus que substituirão a dívida velha.

Os novos instrumentos serão classificados em três grupos: títulos que envolvem redução do montante ou dos juros, bônus a paridade, bônus de desconto e bônus com redução temporária de juros; títulos que permitem alívio de fluxos de caixa, bônus de capitalização, bônus de conversão da dívida, e opção de reestruturação; e bônus de dinheiro novo.

Os bônus de desconto propiciarão uma redução imediata do capital da ordem de 35 por cento, precisou Márcilio. Os bônus a paridade terão uma taxa fixa de juros de quatro por cento do primeiro ao sexto ano, e subirão a seis por cento do sétimo ao trigésimo ano. "Desta forma, o Brasil ficará protegido das oscilações das taxas de mercado, que no passado tanto interferiram na administração da dívida", disse Márcilio.